



DAYSE ELAINE LUIZ¹
MÔNICA MARIA JACINTO²
ADRIANA PRADO SANTANA SANTOS³

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM CONTEXTOS ESCOLARES: desafios para a docência

THE INCLUSION OF DISABLED STUDENTS IN SCHOOL CONTEXTS: challenges for teachers

ARTIGO 2

16-24

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. dayseluz72@gmail.com

² Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. monypausini@gmail.com

³ Professora orientadora. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Indaial/SC. adriana.sant@uniassevi.com.br

Resumo: Esta pesquisa aborda os desafios que permeiam a atuação dos professores regentes no contexto da inclusão escolar dos alunos que compõem o público-alvo da Educação Especial na perspectiva inclusiva. O objetivo geral é demonstrar possibilidades de práticas pedagógicas eficazes que devem ser desenvolvidas pelos docentes para favorecer a inclusão de alunos com deficiências e/ou transtornos do Ensino Fundamental. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre a temática. Trata-se de um estudo bibliográfico, fundamentado em diversas referências que orientam a discussão acerca da inclusão de alunos com deficiência ou transtornos no ambiente escolar, bem como os desafios enfrentados pela docência nesse processo. Compreender quais ações são necessárias por parte do professor é fundamental para garantir uma Educação Inclusiva de qualidade. Os autores consultados destacam, entre os principais desafios, a necessidade de formação continuada, o conhecimento das leis, diretrizes e bases legais que sustentam a Educação Inclusiva, além da habilidade para tomar decisões diante das dificuldades que surgem no cotidiano escolar. Para a superação desses desafios, é essencial que os professores reconheçam suas fragilidades e busquem continuamente o aprimoramento de suas práticas, mantendo-se atualizados e comprometidos com uma atuação pedagógica inclusiva e transformadora.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Docência. Formação Continuada.

Abstract: This research addresses the challenges that permeate the performance of teachers in the context of school inclusion of students who make up the target audience of Special Education in the inclusive perspective. The general objective is to demonstrate the possibilities of effective pedagogical practices that should be developed by teachers to favor the inclusion of students with disabilities and/or disorders in elementary school. In order to achieve this objective, a qualitative study was carried out with the aim of deepening knowledge on the subject. This is a bibliographical study, based on various references that guide the discussion about the inclusion of students with disabilities or disorders in the school environment, as well as the challenges faced by teachers in this process. Understanding which actions are necessary on the part of the teacher is fundamental to guaranteeing quality Inclusive Education. The authors consulted highlight, among the main challenges, the need for continuing training, knowledge of the laws, guidelines and legal bases that underpin Inclusive Education, as well as the ability to make decisions in the face of difficulties that arise in everyday school life. In order to overcome these challenges, it is essential for teachers to recognize their weaknesses and continually seek to improve their practices, while maintaining their skills.

Keywords: Inclusive Education. Teaching. Continuing Education.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema surgiu a partir da observação de diversas circunstâncias vivenciadas durante o Estágio Supervisionado do curso de Pedagogia, especialmente nos anos iniciais, nas quais foram notadas dificuldades enfrentadas pelos professores regentes no atendimento aos alunos com deficiência ou transtornos de aprendizagem. Outro fator relevante foi o fato das autoras deste artigo juntamente com a professora orientadora já atuarem com o público-alvo da Educação Especial nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A inclusão é um direito assegurado aos estudantes público-alvo da Educação Especial. No entanto, não basta que esses alunos estejam matriculados e frequentando a escola: é fundamental que estejam efetivamente incluídos no processo de ensino-aprendizagem, o que requer múltiplas ações planejadas e intencionais. Esses alunos compartilham o mesmo espaço social e educacional que os demais colegas, e essa convivência estimula a aprendizagem colaborativa. Para os demais estudantes, a presença da diversidade promove trocas, respeito, empatia e valorização das diferenças.

Sobre a importância da interação social e colaborativa no processo de aprendizagem, destaca-se a contribuição de Vygotsky (1998), ao afirmar que as interações sociais exercem papel formador, sendo mediadoras do desenvolvimento cognitivo por meio de estímulos, instrumentos e signos que ativam a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). O autor define a ZDP como:

[...] a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (Vygotsky, 1998, p. 112)

A presente pesquisa está inserida na área da Educação Inclusiva, ao buscar compreender os desafios enfrentados pelos docentes na promoção do direito à aprendizagem de todos os estudantes, em especial aqueles com deficiências e/ou transtornos. A questão-problema que norteia este trabalho é: quais ações pedagógicas devem ser realizadas para promover a inclusão de alunos com deficiências ou transtornos de aprendizagem em contextos escolares?

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é demonstrar possibilidades de práticas pedagógicas que possam favorecer a inclusão de alunos com deficiência ou transtornos de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os objetivos específicos consistem em: (1) conceituar a Educação Inclusiva; (2) explicar a importância da atuação docente na implementação de práticas pedagógicas inclusivas; e (3) descrever práticas pedagógicas que podem ser desenvolvidas com esse fim.

Dessa forma, é necessário um olhar crítico e construtivo, a fim de auxiliar os docentes a proporcionar aos alunos o acesso ao conhecimento, com a certeza de que, ocorrerão enfrentamentos e, ao mesmo tempo, superação pedagógica dentro do processo de ensino e aprendizagem.

REFERENCIAL TEÓRICO

A escola, enquanto instituição social responsável pela construção e socialização do conhecimento, tem sido constantemente desafiada a tornar-se, de fato, um espaço inclusivo. Nesse cenário, o professor assume papel central na promoção da aprendizagem e da inclusão, sendo um agente fundamental para que essa prática ocorra de maneira efetiva. Por isso, torna-se essencial compreender quais são os principais desafios enfrentados pelos docentes na Educação Inclusiva e como superá-los.

Na perspectiva da Educação Inclusiva, parte-se do princípio de que todos são capazes de aprender, independentemente de suas características intelectuais, físicas, sensoriais ou comportamentais. Ressalta-se, portanto, a importância de reconhecer que o processo de aprendizagem é singular e que cada estudante possui seu próprio modo de aprender. Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva destaca:

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. (BRASIL, 2007, p. 1)

A formação continuada dos professores, nesse contexto, torna-se essencial, pois amplia o conhecimento acerca da legislação, dos princípios e das práticas pedagógicas voltadas ao público-alvo da Educação Especial. De acordo com o Decreto nº 7.611/2011, esse público é composto por pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e

altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011).

Para garantir a efetividade da inclusão, é necessário observar alguns princípios fundamentais:

[...] o acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais às classes comuns; a frequência desses alunos a escolas próximas às suas casas; a aprendizagem conjunta, mesmo tendo objetivos e processos diferentes; um suporte técnico aos professores de classe comum, para que possam desenvolver formas criativas de atuação com as crianças com deficiência. (BRASIL, 2006, p. 114)

Desse modo, a escola deve se abrir ao diálogo sobre a inclusão, o que implica o combate a práticas excludentes e a construção de ambientes de aprendizagem acolhedores, diversos e equitativos. Muitas vezes, isso exige uma reestruturação curricular, uma mudança nas práticas pedagógicas e uma nova postura de toda a comunidade escolar. Nesse sentido, Vianna e Silva (2014) reforçam:

O desafio é pensar a diferença como parte ativa da identidade das pessoas, que por ela ou através dela não se tornem nem melhores e nem piores, nem superiores e nem inferiores, mas que se tornem 'apenas' o que são, e que convivamos com elas como nós somos e como elas são. (Vianna; Silva, 2014, p. 9)

A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige, portanto, o comprometimento coletivo da comunidade escolar, respeitando e acolhendo o público-alvo da Educação Especial. Os professores são desafiados cotidianamente a adequar suas práticas, a romper com paradigmas excludentes e a buscar uma atuação pedagógica cada vez mais colaborativa, ética e transformadora.

CONCEITUANDO EDUCAÇÃO INCLUSIVA POR MEIO DA LEGISLAÇÃO

A Educação Inclusiva é um movimento de alcance mundial, com marco histórico em 1994, quando foi publicada a Declaração de Salamanca, documento da Organização das Nações Unidas (ONU) que trata dos princípios, políticas e práticas em Educação Especial.

Essa declaração defende o respeito às particularidades de cada criança como ser único, ao afirmar:

Cremos e proclamamos que: todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação, e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos; cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios. (BRASIL, 1994, p. 1)

Para que a escola seja, de fato, inclusiva, é imprescindível adotar os princípios norteadores dessa declaração. Segundo o documento, é função das escolas:

[...] acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais; e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (BRASIL, 1994, p. 17-18)

Além disso, a Declaração de Salamanca enfatiza a necessidade de repensar a formação dos professores para que estes estejam aptos a atuar em contextos diversos e desafiadores:

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel-chave nos programas de necessidades educativas especiais. Deve ser adotada uma formação inicial não categorizada, abarcando todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas. (BRASIL, 1994, p. 28)

No Brasil, houve avanços significativos no campo da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Em 2003, o Ministério da Educação criou a Secretaria de Educação Especial, que passou a apoiar estados e municípios na tarefa de transformar as escolas brasileiras em ambientes inclusivos, democráticos e de qualidade (BRASIL, 2004).

Dessa forma, a Educação Inclusiva passou a ser respaldada por políticas públicas comprometidas com o direito à diversidade. O Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, por exemplo, estabelece: “Assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação.” (BRASIL, 2004, p. 4)

Esse mesmo programa afirma que: “A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica.” (BRASIL, 2004, p. 8). No que se refere ao conceito de Educação Especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, em seu Art. 58 define a Educação Especial como: “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) nº 13.146/2015, em seu Art. 27, assegura:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (BRASIL, 2015, p. 7)

Diante de todo esse arcabouço legal, conclui-se que a igualdade de oportunidades é um direito assegurado a todos os estudantes. No entanto, para que isso se efetive, é necessário implementar políticas públicas adequadas, investir na formação continuada dos professores, garantir a acessibilidade nos espaços físicos e adotar materiais didáticos adaptados às diferentes necessidades dos alunos.

A IMPORTÂNCIA DOS DOCENTES DESENVOLVEREM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

Para que a inclusão ocorra de forma efetiva e com qualidade, é fundamental que todos os profissionais da escola estejam comprometidos com os princípios da Educação Inclusiva. Muitas vezes, isso exige um processo de ressignificação das concepções pedagógicas e das práticas cotidianas, reconhecendo que as diferenças fazem parte da realidade escolar e que todos têm direito à aprendizagem.

A formação inicial e, principalmente, a formação continuada dos docentes são aspectos centrais nesse processo, pois oferecem subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas voltadas às necessidades dos alunos com deficiência ou transtornos. Além disso, é essencial o acesso a materiais pedagógicos adequados, que atendam à diversidade dos estilos e ritmos de aprendizagem.

Ao planejar suas aulas, o professor deve considerar as especificidades dos seus alunos, reconhecendo que uma escola inclusiva exige uma nova organização curricular, com práticas flexíveis e adaptadas. De acordo com o Ministério da Educação: “[...] uma escola inclusiva, numa perspectiva sistêmica, pressupõe também uma nova organização curricular.” (BRASIL, 2006, p. 22)

A cada dia, torna-se mais evidente a necessidade de remover barreiras que impedem o acesso e a permanência dos alunos na escola, propondo novos caminhos e possibilidades de ensino. Nesse contexto, o currículo escolar e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) devem prever ações de adaptação que garantam o direito à educação de qualidade para todos os estudantes. Como afirma o Ministério da Educação:

Para tanto, necessitamos de novas concepções e novas formas de educar, rompendo com mitos e preconceitos enraizados, para podermos desenvolver nos sujeitos aprendentes, não importando suas características, as potencialidades necessárias para o desempenho digno no convívio social. (BRASIL, 2006, p. 32)

Assim, o professor precisa adotar um olhar atento aos estudantes com deficiência ou transtornos, observando suas potencialidades e dificuldades durante as práticas pedagógicas. Esse olhar permite flexibilizar estratégias de ensino e personalizar a aprendizagem, respeitando a individualidade de cada educando.

De acordo com Leivas e Silva (2014):

O professor deve estar preparado para realizar as escolhas para suas aulas inclusivas e, para tal, necessita conhecer os materiais existentes. Caso não tenha obtido esse conhecimento na formação inicial, deve buscá-lo por meio de formações continuadas. (Leivas; Silva, 2014, p. 32)

Portanto, o professor que atua na Educação Inclusiva deve buscar constantemente conhecimentos, estratégias e metodologias que favoreçam o ensino-aprendizagem dos seus alunos. Seu papel é criar um ambiente acolhedor, respeitoso e colaborativo, promovendo a interação entre todos. Nesse sentido, Silva (2022) complementa:

Uma das possibilidades para nos ajudar a enxergar o estudante que se tem e considerar e diferenciar o ensino está na capacidade de pleitear, planejar, organizar e comprometer-se colaborativamente com a formação continuada e permanente na própria instituição de ensino, o que pode ajudar a maximizar esforços e melhorar a qualidade do ensino para todos os alunos. (Silva, 2022, p. 27)

Cada estudante é único e possui diferentes formas de aprender. Isso reforça a necessidade de um planejamento intencional, baseado no conhecimento prévio sobre os alunos e suas realidades. Nesse sentido, Silva (2022) também afirma:

[...] na realização de um bom planejamento e de um plano de ensino é preciso, antes de tudo, considerar o conhecimento que se tem dos alunos e do meio em que vivem, a fim de otimizar as intervenções na zona de desenvolvimento proximal, quer seja de crianças pequenas, alunos mais velhos em um novo domínio ou qualquer aluno com uma deficiência, transtorno ou outra condição que comprometa as funções executoras autônomas no processo de ensino e aprendizagem. (Silva, 2022, p. 61)

É importante destacar ainda que o professor regente não está sozinho nesse processo. O apoio da equipe gestora, do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e dos demais profissionais da escola é essencial. Conforme Adriano (2017): “A educação inclusiva exige adaptações que priorizem a formação dos recursos humanos, materiais e financeiros, juntamente com uma prática voltada para o pedagógico [...]” (Adriano, 2017, p. 77).

As atividades lúdicas, como brincadeiras, jogos e músicas, também são recursos poderosos para a inclusão, pois estimulam o desenvolvimento, favorecem a interação e despertam o interesse dos alunos. Silva (2022) afirma:

Todos os alunos, com suas diferentes formas de ser e de aprender, devem trabalhar juntos em projetos de aprendizagem exercitando a colaboração [...]. Essas interações promovem a comunicação, maior sensibilidade, solidariedade e compreensão entre os pares. (Silva, 2022, p. 28)

Essas práticas tornam o ambiente escolar mais acolhedor, favorecem o desenvolvimento da identidade e a inserção social da criança. Outro aspecto relevante é a necessidade de mudança de postura dos educadores frente às diferenças, desde a forma de acolher os alunos até a definição de conteúdos, objetivos e estratégias de avaliação. Nesse processo, o Plano Educacional Individualizado (PEI) torna-se uma ferramenta valiosa. Segundo Silva (2022):

Outro fator que pode ajudar o professor nas práticas inclusivas é a elaboração do Plano Educacional Individualizado - PEI, por meio do registro e mapeamento das competências do aluno, possibilitando planejar e adequar os conteúdos e atividades para que o aluno alcance os objetivos traçados. (Silva, 2022, p. 52)

Apesar dos desafios, a superação é possível quando o professor se compromete com a busca contínua por conhecimento, apoio colaborativo e uso de metodologias ativas, como o PEI e os materiais adaptados, sempre com foco no direito de todos à educação de qualidade.



METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender de forma aprofundada os desafios enfrentados pelos professores regentes na inclusão de alunos com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental. Conforme destaca Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa busca analisar e interpretar os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências no contexto em que estão inseridos, valorizando suas percepções, vivências e compreensões da realidade.

A presente pesquisa também possui caráter bibliográfico, fundamentando-se em autores que abordam a inclusão escolar, práticas pedagógicas inclusivas, desafios da docência e o papel do professor regente na Educação Inclusiva. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já publicado, como livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais, permitindo uma análise crítica e fundamentada sobre determinado tema.

Para a construção da base teórica, foram selecionadas obras de autores como Mantoan (2006), Silva (2022), Leivas e Silva (2014), Adriano (2017), além de documentos oficiais do MEC. Esses materiais possibilitaram compreender os aspectos legais, pedagógicos e formativos relacionados à inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial no contexto dos anos iniciais.

A metodologia adotada busca promover a reflexão crítica sobre as práticas docentes e identificar caminhos que contribuam para o fortalecimento da Educação Inclusiva. Dessa forma, espera-se que os resultados desta pesquisa possam subsidiar ações pedagógicas mais eficazes e conscientes, colaborando para a construção de uma escola mais justa, acessível e acolhedora a todos os alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no estudo bibliográfico realizado, foi possível constatar que a inclusão escolar ainda representa um grande desafio na realidade dos professores regentes, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental. Embora exista um amplo respaldo legal para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem, a efetivação dessa inclusão ainda depende diretamente das ações pedagógicas praticadas

em sala de aula e das condições oferecidas pela escola.

Os autores consultados demonstram que, na maioria das vezes, os professores não se sentem devidamente preparados para lidar com a diversidade presente em sala de aula. Isso se deve, em grande parte, à falta de formação continuada específica, ao desconhecimento sobre as legislações vigentes e à escassez de recursos pedagógicos acessíveis e adequados às diferentes necessidades dos alunos.

Outro ponto identificado foi que a inclusão muitas vezes se dá de forma simbólica, com o aluno com deficiência frequentando o espaço escolar, mas sem, de fato, participar do processo de aprendizagem de forma significativa. Isso evidencia que não basta a presença física do estudante: é essencial garantir sua participação ativa, autonomia, valorização e desenvolvimento das suas potencialidades.

A formação inicial do professor ainda é apontada como limitada no que diz respeito aos conhecimentos sobre Educação Especial e práticas inclusivas. Conforme reforçam Mantoan (2006) e Silva (2022), os cursos de licenciatura nem sempre oferecem subsídios teóricos e práticos suficientes para que os futuros docentes atuem com segurança e competência em contextos inclusivos. Diante disso, a formação continuada se apresenta como um caminho necessário e urgente, pois possibilita ao educador refletir sobre suas práticas, construir estratégias pedagógicas inovadoras e colaborar com outros profissionais da escola para enfrentar os desafios da inclusão.



Além da formação, os textos analisados destacam a importância de práticas pedagógicas diversificadas e lúdicas, que respeitem o ritmo e as especificidades de cada aluno. O uso de materiais adaptados, a adoção de metodologias ativas e a construção de um ambiente acolhedor e participativo são elementos fundamentais para que a inclusão aconteça de fato.

Também se destaca a relevância do trabalho coletivo entre os professores, a equipe gestora e os profissionais do AEE (Atendimento Educacional Especializado), como forma de garantir suporte ao professor regente.

Portanto, pode-se afirmar que a inclusão escolar vai além de cumprir leis ou diretrizes educacionais: ela exige envolvimento ético, compromisso com a equidade, abertura ao diálogo, autocrítica e disposição para aprender continuamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou refletir sobre os desafios enfrentados pelos professores regentes nos anos iniciais do ensino fundamental diante do processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem. Por meio da abordagem qualitativa e do levantamento bibliográfico, foi possível compreender que, embora haja avanços legais e normativos no que diz respeito à Educação Inclusiva, a realidade vivenciada pelos docentes ainda é permeada por obstáculos significativos.

Entre os principais desafios identificados estão: a insuficiência da formação inicial, a ausência de formação continuada adequada, a carência de recursos didáticos acessíveis, o desconhecimento das legislações que amparam a inclusão e a falta de apoio institucional para que o professor possa desenvolver práticas pedagógicas que contemplem a diversidade de sua turma.

Diante disso, ressalta-se a necessidade de repensar a formação docente, tanto inicial quanto continuada, de modo que os professores se sintam preparados e motivados a atuar com responsabilidade e sensibilidade no contexto da Educação Inclusiva. Além disso, é fundamental que as escolas promovam uma cultura de colaboração entre todos os profissionais da equipe pedagógica, incentivando práticas dialógicas e estratégias pedagógicas centradas nas necessidades dos alunos.

A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva requer mais do que boa vontade: exige planejamento, formação, compromisso ético e pedagógico, apoio institucional e, sobretudo, o reconhecimento de que todos os alunos têm direito a aprender e participar plenamente do ambiente escolar.

Portanto, esta pesquisa reforça que a inclusão escolar é um processo contínuo, que demanda reflexão, ação e transformação por parte de todos os envolvidos na educação. Espera-se que este trabalho possa contribuir com futuras reflexões, formações e práticas, colaborando para o avanço de uma educação mais justa, equitativa e inclusiva para todos.

REFERÊNCIAS

- ADRIANO, G. A. C. **Gestão Educacional**. Indaial: UNIASSELVI, 2017.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. (1994). **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2023.
- BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB. Brasília/DF: MEC/SEESP, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.
- BRASIL. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília/DF: MEC/SEESP, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2023.
- BRASIL. **Experiências Educacionais Inclusivas**. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília/DF: MEC/SEESP, 2006. Acesso em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experienciaseducacionaisinclusivas.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2023.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Disponível em: <Decreto nº 7611>. Acesso em: 04 set. 2023.
- BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 04 set. 2023.
- GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas S.A. 2002.
- LEIVAS, J. C. P.; SILVA, C. **Habilidades visuais desenvolvidas em uma oficina inclusiva de geometria para cegos**. Universidade Franciscana, Vidya, jan./jun., 2014. 20p. Santa Maria. RS. Disponível em: <<https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/viewFile/16/204>>. Acesso em: 14 set. 2023.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.
- SILVA, L. G. dos S. **Práticas pedagógicas na perspectiva da educação inclusiva**. Instituto Federal, Natal, Rio Grande Do Norte: Editora IFNR, 2022.133p. Disponível em: <<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/2275/Pr%C3%A1ticas%20pedag%C3%B3gicas%20na%20perspectiva%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 set. 2025.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.